



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
 Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013				
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")				<i>R\$ Mil</i>
		DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
DESPESA COM PESSOAL			INSCRITAS EM	
			RESTOS A PAGAR	
		LIQUIDADAS	NÃO	TOTAL
			PROCESSADOS	
		(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		1.186.925,00	2.021,00	1.188.946,00
Pessoal Ativo		1.061.384,00	1.825,00	1.063.209,00

Pessoal Inativo e Pensionistas		125.541,00	196,00	125.737,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		120.911,00	2.021,00	122.932,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		3.065,00		3.065,00
Decorrentes de Decisão Judicial		515,00		515,00
Despesas de Exercícios Anteriores		2.778,00	2.021,00	4.799,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		114.553,00		114.553,00
DESPEZA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		1.066.014,00	0	1.066.014,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				625.461.567,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,170436 %	0,000000 %	0,170436 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) -	0,305833 %			1.912.867,87

LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,290541 %			1.817.224,48
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 Dda LRF)	0,275250 %			1.721.581,09

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.



Documento assinado eletronicamente por **Wolfgang Striebel, Diretor da Secretaria de Controle Interno**, em 19/09/2013, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Capeleti, Diretor da Diretoria Financeira**, em 19/09/2013, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Izidoro Zorzo, Diretor-Geral**, em 19/09/2013, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **1575455** e o código CRC **D0B9E910**.